

Secretaria não cumpre determinação do MEC

O secretário estadual de Educação, Carlos Estevam Martins, anunciou ontem que o governo de São Paulo não acatará a determinação do Ministério da Educação (MEC), que amplia de 180 para 200 o número de dias letivos nas escolas do País. A decisão da Secretaria Estadual de Educação, de acordo com Martins, não deve ser entendida como um protesto contra o decreto assinado em janeiro pelo presidente Fernando Collor. "Somos totalmente favoráveis à ampliação do ano letivo, pois acreditamos que a medida beneficiará inúmeros alunos", assinalou Martins. "Mas, justamente por considerá-la relevante, optamos por acatá-la somente quando tivermos condições reais para isso", completou.

O secretário adiantou que o governo estadual criou recentemente uma série de grupos de estudos — formados por técnicos e professores — para analisar o decreto presidencial e verificar os itens necessários para a sua execução, o que deve acontecer a partir de 1992. "Estudaremos os problemas estruturais, como o aumento da merenda e a contratação de mais professores.

Para a maior parte das escolas, as modificações no ano letivo determinadas por Collor para vigorar já este ano trouxeram algumas complicações. Em quase todos os estabelecimentos de ensino o cronograma das aulas para 1991 já estava pronto quando foi anunciada a medida do governo.

Na Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), a informação de que o secretário Martins não cumprirá os 200 dias letivos em 1991 foi recebida com entusiasmo. "Destavez o secretário tomou uma



André Douek/AE

Martins: só cumprimos a medida quando tivermos condições

decisão a nosso favor", comemorou Eneide Moreira Lima, diretora de assuntos educacionais e culturais da Apeoesp. "A proposta do governo federal tem um caráter apenas demagógico e não altera as condições de ensino no País", afirmou. Segundo ela, a rede pública de ensino em São Paulo deixou de ministrar cerca de 50 mil aulas durante o ano passado por falta de professores. Na avaliação da Apeoesp, os principais problemas da evasão de professores são os baixos salários e as condições de ensino ruins oferecidas pelo governo.

O presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, classificou de "coerente" a decisão do secretário Martins. "Pelo grau de dificuldade por que passa a rede pública, em todos os sentidos, a secretaria não poderia mesmo levar adiante a proposta de Collor", disse Camargo. Na sua opinião, o anúncio do decreto presidencial também levantou problemas jurídicos. "A medida é inconstitucional, pois o decreto alterou a Lei 5692, que só poderia sofrer modificações por meio de uma outra lei", contestou.